

**HABEAS CORPUS Nº 500.622 - TO (2019/0084946-6)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**HERO FLORES DOS SANTOS - TO000424B**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**PACIENTE : DHEISON DE ALMEIDA LIMA**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de DHEISON DE ALMEIDA LIMA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins proferido nos autos do *Habeas Corpus* n.º 0030287-89.2018.827.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 29/11/2018, com posterior conversão em preventiva, pela prática, em tese, do crime previsto no art. 157, § 2.º, inciso I, do Código Penal, pois, juntamente com um Adolescente, subtraiu, mediante grave ameaça e com o uso de arma branca, o celular da vítima.

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, conforme a seguinte ementa (fl. 46):

"HABEAS CORPUS. ROUBO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. MANUTENÇÃO DO DECRETO DE PRISÃO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. 1 - O Magistrado a quo, ao decretar a prisão preventiva, apresentou fundamentos suficientes para justificar a custódia ao afirmar que os indícios de materialidade e autoria são subsistentes para fundamentar o ergástulo cautelar, considerando que a decisão de 1º grau está devidamente fundamentada, consignando não apenas a gravidade do delito, mas a patente necessidade de manutenção da ordem pública, de modo a evitar-se que o paciente volte a delinquir ou cause insegurança no meio social. 2 - A prisão preventiva é perfeitamente cabível nas situações que envolvam crimes de maior gravidade, quais sejam os dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos. 3 - Ordem denegada."

No presente *writ*, sustenta a Impetrante, em suma, a falta de fundamentação idônea do decreto prisional, pois baseado em argumentos genéricos e na gravidade abstrata do delito (fl. 6).

Salienta que "*não existe no inquérito policial uma linha sequer que*

*indique que o caso causou clamor público na sociedade de Paraíso do Tocantins ou tamanha comoção a ponto de abalar a ordem pública local" (fl. 6).*

Requer, em liminar, a revogação da prisão preventiva do Paciente.

É o relatório. Decido o pedido urgente.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que não estão preenchidos os requisitos para a concessão da liminar pleiteada.

No caso em apreço, o Tribunal de origem manteve a prisão preventiva do Paciente com base nos seguintes fundamentos (fls. 48-50):

*"Extrai-se dos autos que os indícios de materialidade e autoria são subsistentes para fundamentar o ergástulo cautelar, considerando que a decisão de 1º grau está devidamente fundamentada, consignando não apenas a gravidade do delito, mas a patente necessidade de manutenção da ordem pública, de modo a evitar-se que a paciente volte a delinquir ou cause insegurança no meio social.*

*A decisão que decretou a prisão preventiva está justificada ante a presença dos elementos do art. 312 e 313 do CPP, bem como em elementos seguros que apontam para o risco social da liberdade da paciente neste momento processual.*

*[...]*

*Deste modo, não vislumbro qualquer ilegalidade ou abuso da autoridade inquinada coatora, visto que fundamentou a prisão cautelar do paciente, nos moldes da legislação pertinente, com base nas peculiaridades do caso concreto."*

Como se percebe, a Corte *a quo* manteve a segregação cautelar especialmente em razão da gravidade concreta do delito – o Paciente, em concurso com um menor de idade, mediante grave ameaça e com emprego de arma branca, subtraiu o aparelho celular da vítima –, fundamento que não se mostra, ao menos para fins do presente juízo de cognição sumária, desarrazoado ou ilegal.

Nesse sentido:

**"PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA DELITUOSA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. RECURSO DESPROVIDO.**

*1. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.*

*2. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento consolidado de que não há constrangimento ilegal quando a prisão preventiva é decretada em razão da gravidade concreta da conduta delituosa, evidenciada pelo modus operandi com que o crime fora praticado.*

*3. No caso dos autos, o crime de roubo teria sido cometido contra um taxista, em concurso de agentes, dentre eles três adolescentes, mediante o uso de facas, o que justifica a segregação cautelar do recorrente, para garantia da ordem pública.*

*4. Recurso em habeas corpus desprovido." (RHC 86.019/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 07/03/2018; sem grifos no original.)*

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins, a serem instruídas com o envio da respectiva senha ou chave de acesso para consulta aos andamentos processuais, caso seja necessário.

Oficie-se, ainda, ao Juízo de primeiro grau para que preste esclarecimentos pormenorizados sobre a prisão ora questionada.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora